

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



“A empresa está na linha de fogo do debate político”

(Para Marcelo Odebrecht, presidente da empreiteira, as informações sobre empréstimos do BNDES a obras no exterior são manipuladas)

Alckmin atropela Aécio

► O conflito, em torno da eleição de 2018, está instalado no PSDB e pode ficar mais duro se José Serra entrar na disputa



O NINHO TUCANO pega fogo. Quem soprou a brasa foi o deputado estadual Pedro Tobias, recém-eleito presidente do diretório paulista do PSDB. A posse de Tobias virou um ato quase oficial de lançamento da candidatura do governador Geraldo Alckmin à Presidência da República em 2018.

O deputado fez o anúncio emoldurado por um gracejo bisonho: “O País precisa de um médico porque está doente, corrompido”. Não era blague. Formado em medicina, Alckmin seguiu o mote e mirou o PT: “Apolítica se exerce essencialmente com ética (...) Um partido político se faz com ética”.

Quem não enxerga nessa obviedade um roteiro planejado? A crise interna no PSDB, provocada pela longínqua eleição presidencial de 2018, é maior do que supõe, e do que publica, a vã filosofia da mídia. A ignorância é um objetivo calculado. Bloqueia a informação e torna inócentes úteis os militantes tucanos e os próprios

quadros políticos do partido. Tudo se passa nos limites da cúpula concentrada em São Paulo.

Aécio sentiu o impacto do ataque de Alckmin e se abrigou na circunstância política disponível. Ou seja, a antecipação da disputa interna: “É confortador (...) termos no PSDB, em condições de disputar as eleições e de vencê-las, nomes da estatura do governador de São Paulo”. Alertou, porém: “Teremos a responsabilidade de não saltar etapas”.

A regra, neste momento, é a de negar evidências. Restam, no entanto, fatos. Não há condições de evitar ou mesmo de contornar a situação. É frágil a responsabilidade invocada pelo presidente do partido. Ele mesmo vai ignorar a restrição se preciso for.

Aécio Neves saiu chamuscado da eleição de 2014. Sofreu duas derrotas em casa, para o PT, ao perder a disputa pela Presidência da República e pelo governo de Minas Gerais. Na perspectiva da competição interna os dias de agora também não lhe são favoráveis. Derrotado na competição eleitoral, o senador mineiro pôs-se a comandar praticamente sozinho, sem sucesso, os movimentos radicais contra Dilma. Perdeu também esse “terceiro turno”.

O governador de São Paulo surgiu em cena e reagiu ao movimento pelo *impeachment* da presidenta. Frustrou os planos de Aécio.

Agora os dois estão novamente em lados opostos. Alckmin atacou a proposta do fim da reeleição, que chamou de “mudancismo”, e a redução da maioridade penal apoiada pelo colega de legenda.

São esses alguns fatos. Quem irá para a luta eleitoral? Geraldo Alckmin ou Aécio Neves? Ou, quem sabe, José Serra?

Serra, à margem do choque entre Aécio e Alckmin, é, por ora, candidato de si próprio. Mantém, no entanto, o sonho no qual sempre se intrometem os fantasmas de duas derrotas. Para Lula, em 2002, e para Dilma, em 2010. O sonho, nesses momentos, vira pesadelo.

Ministro, fiscais
sem reajuste
resultam
em governo
sem receita



Aqui se faz, Levy...

Desde abril, os auditores fiscais da Receita Federal mantêm a Operação Meta Zero e já derrubaram o objetivo de arrecadação federal.

Dados de maio mostram que o maior impacto ocorreu na 8ª Região Fiscal (São Paulo), onde a queda chegou a 70%. Algumas unidades baixaram a meta em quase 100%. O incremento de arrecadação, pedido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de 60 bilhões de reais em 2015, está comprometido, segundo cálculo dos auditores.

... aqui se paga

E a situação tende a se agravar.

A partir de julho, a categoria deixará desligados os computadores de trabalho dois dias por semana. Até agora era um só.

Os auditores estão irritados com o Palácio do Planalto, que não oferece a recomposição salarial de 30%, considerada por eles razoável.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, ficou de apresentar, brevemente, uma contraproposta.

Fiador da transição...

Com a morte recente do general Leônidas Pires Gonçalves, desapareceu com ele parte importante da história da Operação Condor, aliança militar clandestina, criada com a finalidade de eliminar líderes da oposição aos regimes militares.

Como general, ele foi um dos articuladores da saída da ditadura, carimbando a lei da anistia, que protege os torturadores. A seguir tornou-se ministro do Exército do governo Sarney. Nessa posição garantiu os compromissos assumidos na transição.

... pilotou a Condor

Nos anos 1970, Leônidas, ainda coronel, servia no Estado-Maior do Exército e foi encarregado de articular as ações terroristas da ditadura brasileira com Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia, e, eventualmente, com outros países.

“Leônidas e aliados rodavam pelo continente em aviões oficiais, trocando informações importantes sem deixar rastros”, conta o que ouviu do pai o filho de um co-

ronel adido militar naquela época. O condor, abutre dos Andes, inspirou o batismo dessa sinistra linha aérea.

Saída pela janela I

Jair Bolsonaro, expressão dos desatinos da direita reacionária na Câmara dos Deputados, será refém da pregação ética contra a suposta corrupção generalizada nos partidos.

Ele cumpre a sexta legislatura vestido com a camisa da sétima sigla partidária, o Partido Progressista (PP), onde se sente incomodado.

O PP é alvo de inúmeras acusações de corrupção, além de ser o maior protagonista na Operação Lava Jato.

Saída pela janela II

Bolsonaro já pediu para sair do PP. Ganhou uma oportunidade com a aprovação, ainda em primeiro turno, de uma “janela” que protegerá aqueles que desejam mudar a camisa.

Para onde irá o trepidante deputado?

Para quem ambiciona a candidatura a presidente, em 2018, ele não pode se acomodar na “pureza” de partidos sem tempo de televisão e sem expressão política.

A legislação não admite candidatos avulsos.

Toga e fardão?

A próxima vaga na Academia Brasileira de Letras pode ser da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal. Só dependerá da vontade dela.

Piranhas

Giovanni Jatubá, juiz da Comarca de Piranhas (AL), extinguiu processo contra a ex-prefeita do município

Mellina Freitas, atual secretária de Cultura do governador Renan Filho, porque a “parte autora” não forneceu endereço atualizado da ré.

A “parte autora” é a prefeitura de Piranhas, que ingressou com Ação de Improbidade Administrativa contra Mellina, filha de Washington Freitas, presidente do Tribunal de Justiça, por

irregularidades na execução de convênio firmado com a União, em 2010, quando administrava o município. Mellina coleciona mais de 400 acusações de corrupção.